

O GOVERNO GEISEL (1974-1979) E A COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (COPPE/UFRJ): UMA RELAÇÃO DE AMOR E ÓDIO SOB A ÉGIDE DA DITADURA MILITAR

Marcelo Squinca da Silva

Esta pesquisa versa sobre a viabilização dos projetos de desenvolvimento do governo Geisel (1974-79) para a energia através da Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ). Espera-se resgatar, particularmente por meio das críticas que esta instituição produziu relativamente aqueles projetos, qual o teor que a política energética adquiriu naquele período da ditadura. Neste sentido, pretendemos apreender os interesses sociais expressos na consolidação de decisões políticas que consolidaram o modelo de desenvolvimento energético adotado no país e que permanece em vigência até os dias atuais.

No início da década de 1970, o Brasil vivenciava o chamado “milagre brasileiro”, correspondente ao período entre 1968-73 caracterizado por altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que chegaram a atingir, no ano de 1973, 14%. Durante esse período, a organização da produção calcava-se em dois eixos: a produção de bens de consumo duráveis para serem absorvidos por uma parcela privilegiada do mercado interno; e o esforço exportador de bens primários somados aos bens manufaturados. Tal esforço de exportação é que possibilitava a entrada de divisas para o país, que eram fundamentais para o modelo econômico estabelecido, pois seu pólo dinamizador eram os bens duráveis.

O crescimento econômico que caracteriza o “milagre” ocorreu de forma célere. Como tal “milagre” foi possível num país que não dispunha de capital e tecnologia suficientes para realizar uma trajetória de crescimento econômico tão acelerado? Ou seja, de onde veio o financiamento para o crescimento célere?

Para Octavio Ianni “*O perfil, os movimentos e as articulações da economia brasileira passaram a revelar, de forma relativamente nítida, a presença de três setores econômicos*

*importantes: o imperialista, o nacional e o estatal.”*¹ A participação de cada um dos setores, no financiamento do milagre, dentro do que Ianni chamou de *Tripé econômico*, deu-se com:

a) o aumento da taxa de reinvestimento, ou seja, buscou-se aumentar a porcentagem de lucros reinvestidos pelas empresas estabelecidas no Brasil dos lucros obtidos no ano anterior. Isso só foi possível devido ao “achatamento salarial” imposto a milhares de trabalhadores brasileiros;

b) o aumento da participação do Estado na economia, especialmente nos setores de infra-estrutura, indústria de bens básicos e de capital;

c) a abertura externa da economia, ou seja, o governo brasileiro incentivou ao máximo a entrada de capitais estrangeiros no Brasil. As chamadas empresas multinacionais se tornaram hegemônicas nos setores automobilístico, metalúrgico, eletrônico, mecânico e químico-farmacêutico. Tais investimentos eram provenientes do Japão, Europa e, sobretudo dos Estados Unidos da América. Além disso, os empréstimos externos possibilitaram em grande medida ao governo brasileiro conseguir os recursos dos quais necessitava para realizar as inversões maciças nos setores de infra-estrutura e bens de capital.

É imprescindível assinalar que o crescimento célere da economia brasileira durante os anos do governo Médici encontra correspondência nas idéias consubstanciadas na Doutrina de Segurança Nacional.² E a forma de garantir que o comunismo não ameaçaria as estruturas do capitalismo brasileiro era buscar ultrapassar a fase subdesenvolvida em que este se encontrava. Por outras palavras, a forma mais eficaz de enfraquecer a ação dos comunistas no Brasil era avançar aceleradamente para o capitalismo desenvolvido. Como o caminho a ser percorrido era longo era imperioso que a nação estivesse atenta ao seu inimigo e praticasse sistematicamente a repressão a este. Daí, o binômio Esguiano “Desenvolvimento e Segurança”.

¹ Octavio IANNI, *A ditadura do grande capital*, p. 36. O grifo é nosso.

² Para um o exame do tema, ver: Vânia Noeli Ferreira de ASSUNÇÃO, *O Satânico Doutor Go: A Ideologia Bonapartista de Golbery do Couto e Silva*. Em especial, os itens 4, 6 e 7 do capítulo III.

A partir de 1973, era possível perceber as contigüidades da recessão que se instalava na economia capitalista acompanhando a crise de um ciclo do capitalismo mundial que o historiador Eric Hobsbawm chamou de “Era do Ouro”, numa referência ao período que se estendeu entre 1950-73.³ As taxas internacionais de juros se elevaram, as exportações brasileiras se tornaram mais difíceis, além do que os credores brasileiros passam a cobrar nossas dívidas. A classe média não possuía mais condições de continuar a se lançar ao consumo de bens duráveis, bens que os trabalhadores das classes inferiores da sociedade não se lançariam a consumir. Destarte, as indústrias se encontravam em dificuldades para comercializar sua produção. O “milagre” que havia sido capitaneado pelo ministro da fazenda, Delfim Netto, estava desmoronando como um castelo de cartas.

O projeto dos militares caracterizou-se assim por dois fracassos: em primeiro lugar, fracasso enquanto projeto econômico para o país; em segundo lugar, fracasso enquanto esgotamento da fase de acumulação. Trataremos com mais vagar apenas deste segundo aspecto. Em primeiro lugar consideramos que buscar explicar o fracasso do “milagre” através da argumentação relacionada à chamada “crise do petróleo” nos parece equivocado por duas razões. Primeiro porque a “crise do petróleo” foi efeito da crise da economia capitalista no seu todo e não o contrário. E em segundo lugar porque, no Brasil, a “crise do petróleo” não gerou o fracasso do “milagre”, mas apenas o precipitou. Em outros termos, dois fatores estruturais levaram ao fracasso específico do milagre: em primeiro lugar, o pólo dinamizador do “milagre” era a indústria de bens de consumo duráveis que pertencia a proprietários estrangeiros, o que levava o país a fazer cada vez maiores remessas de lucros onerando a balança de pagamentos. Em segundo lugar, a indústria de bens de consumo duráveis para manter seu crescimento necessitava de adquirir bens de produção, bem como insumos, que por sua vez eram importados – daí que sua importação provocou desequilíbrio da balança comercial, além do desequilíbrio da balança de pagamentos.⁴

³ *In Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Para o fim da “Era do ouro” p. 394-95; para a crise do petróleo, p. 258.

⁴ José CHASIN, *A miséria brasileira*, p. 63.

Resumidamente: a “crise do petróleo” exacerbou as debilidades estruturais da economia brasileira. A alta dos preços do petróleo deixou claro apenas que um crescimento baseado na exportação de manufaturas e certos gêneros agrícolas tendo em contrapartida a importação de bens de capital (máquinas), insumos industriais (petróleo, produtos siderúrgicos, etc...) e no financiamento externo não era capaz de manter o ritmo de crescimento da economia. Diante do quando de recessão capitalista em meados da década de 1970 o Gal. Ernesto Geisel assumiu a presidência da república. O governo optou por buscar manter o crescimento econômico através do II PND, embora a recessão capitalista mundial já se avizinhasse.

O retorno do Castelismo ao poder denotava uma tendência à flexibilização do regime estabelecido em março de 1964. Em agosto de 1974, Ernesto Geisel, ex-presidente da Petrobrás, no início de seu governo discursa anunciando uma “lenta, gradativa e segura distensão”. Iniciava-se o período de isolamento dos militares em face dos segmentos sociais da burguesia que os haviam guindado ao poder para que capitaneassem a renovação do parque tecnológico no país, medida necessária ao próprio desenvolvimento do capitalismo. Já então pressionados pela crítica social nacional e internacional, começam a apontar para a possibilidade de uma moderada abertura política, porém sem admitir a possibilidade de entrega do poder à oposição.

Daí a necessidade de abertura política, embora mantendo o grupo dominante no poder, sem prejuízo dos pilares do regime, escamoteando seu caráter ditatorial e repressivo, ou seja, a auto-reforma da autocracia burguesa bonapartista. Mais do que qualquer rompan-te democrático, o que movia o governo Ernesto Geisel à distensão política era o fracasso do “milagre econômico brasileiro”. Daí o novo slogan: *Desenvolvimento possível com Segurança mínima*. O *Desenvolvimento possível* o governo Geisel buscou atingir através do II PND.

O governo Geisel, apesar da recessão no capitalismo internacional, que conseqüentemente repercutiu no Brasil, tentou manter as altas taxas de crescimento econômico verificadas no governo Médici. As mais importantes diretrizes da política econômica Geiseana

foram estabelecidas no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), aprovado pelo Congresso Nacional no segundo semestre de 1974 e anunciado quando já se percebiam as contingências da recessão que tomara conta da economia capitalista na década de 1970.

Contando com a participação destacada do seu ministro do planejamento, João Paulo dos Reis Velloso na elaboração, o II PND, foi divulgado oficialmente em setembro de 1974. O Plano expressava a opção Geisiana pelo crescimento da economia induzido pelo Estado contra a possibilidade de recessão. O objetivo do II PND era alcançar uma sólida infra-estrutura econômica-industrial para propiciar o desenvolvimento que transformaria o Brasil em “potência emergente”. Os maiores esforços do plano estavam centrados na expansão das indústrias de bens de produção. Tais esforços eram inegavelmente uma tentativa de afrontar a crise latente, naquele momento já manifestada na economia mundial, através da substituição das importações. Destarte, a prioridade industrial deixava de ser a produção de bens de consumo duráveis para se deslocar para a produção de bens básicos (siderurgia, máquinas, equipamentos pesados, aço, cobre e petróleo), bem como o aparato infra-estrutural (energia elétrica, comunicações, ferrovias, navegação e portos).

No intuito de realizar a grande tarefa de elevar o suprimento de infra-estrutura de que o país necessitava – tarefas para as quais a burguesia brasileira sempre se manifestou “tímida” ou “egoísta” – o governo contou com a colaboração destacada da COPPE, expressão da forma como articulou a prestação de serviços técnicos especializados. Em outras palavras, garantiu que o centro de pesquisas fluminense colocasse à disposição do poder público sua estrutura voltada para a gestão de estudos e projetos tecnológicos.

Fundada em 1963, a COPPE cumpriu uma função que extrapola a de outros cursos similares de pós-graduação, pois desde o início de suas atividades a instituição fluminense manifestou a confiança de que era imperativo tomar parte no processo de desenvolvimento do país. Tal objetivo impulsionou engendrar um arcabouço voltado à gestão de estudos e planos tecnológicos, com a finalidade de se instituir num canal peculiar de interação com o setor produtivo fosse ele público ou privado. A Petrobrás, a partir de 1975, tornou-se o mais

destacado parceiro da COPPE. Tal contrato para o desenvolvimento de projetos foi o primeiro encomendado pelo governo junto a COPPE, através da COPPETEC. Em 1977, a instituição fluminense deu início um projeto de cooperação técnica que é considerado uma baliza histórica da interação entre a COPPE e a estatal de petróleo brasileira. Tratava-se do desenvolvimento de um sistema computacional para projeto e análise de equilíbrio estrutural de plataformas para exploração de petróleo no mar, o chamado petróleo *offshore*.

No nosso entendimento, não por acaso, tal parceria viria ocorrer entre COPPE e Petrobrás na segunda metade dos anos 1970. Pelo contrário, demonstra a importância que o centro de pesquisas tecnológicas da UFRJ viria a assumir no contexto da execução das diretrizes do II PND, dado ao fato de que, entre as prioridades estabelecidas pelo governo Geisel, a prospecção de petróleo ocupava espaço fundamental.

No entanto, se em casos como o da parceria com a Petrobrás a COPPE teve uma atuação propositiva e executiva destacada, através de sua capacidade de prestação de serviços técnicos especializados, em casos como o do “Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear” que ficaria conhecido simplesmente como *Acordo Nuclear Brasil –Alemanha*, firmado em 27 de junho de 1975, em Bonn, capital da então Alemanha Ocidental, a COPPE atuou fazendo uma crítica bastante contundente. Num texto relativamente recente o Profº Luiz Pinguelli Rosa se refere ao *Acordo Nuclear Brasil – Alemanha* como um “grave erro”.⁵

Atentando apenas para os motivos oficialmente apresentados pelo governo Geisel para a sociedade brasileira, ou seja, as necessidades energéticas do país, podemos elencar algumas críticas que partiram do pensamento da COPPE: em primeiro lugar, a Eletrobrás havia se equivocado na estimativa do potencial hidrelétrico brasileiro ao estabelecê-lo abaixo de 120 mil megawatts, quando de fato ultrapassava os 200 mil megawatts. Por outro lado havia superestimado a previsão do consumo de energia para o início do século XXI em 175 mil megawatts, quando na realidade 100 mil megawatts eram suficientes. Os números eram

implacáveis: não existiam as “necessidades energéticas”. Em segundo lugar, no pensamento da COPPE o custo de tal empreendimento era muito alto, além do que o custo por quilowatt era também muito alto, se comparado com o custo daquela que era – e é – a nossa principal matriz energética, a hidroeletricidade.⁶ Recordando o debate ocorrido a época o Profº Pinguelli Rosa lembra-se que a construção das Usinas Atômicas implicavam ainda num problema ambiental pois: “No caso da central nuclear de Angra, o debate concentrou-se nos riscos de acidentes e no destino dos rejeitos radioativos.”⁷ Observamos, portanto que, no pensamento da COPPE, o *Acordo Nuclear Brasil-Alemanha* era um erro.

Por outras palavras, a COPPE teve papel fundamental na implantação das diretrizes do II PND voltadas para o setor de energia nas suas diversas modalidades, porém sem ter se tornado uma instituição aderente ao governo embora sem se eximir de elaborar críticas e por vezes desenvolver uma política aparentemente independente em relação a diversos projetos voltados para o setor de energia, encampados pelo governo do presidente Geisel. O que nos possibilita resgatar, tanto através de seus projetos que viabilizaram a política de desenvolvimento para o setor de energia, quanto das críticas que teceu em que consistia tal modelo, quais os problemas que já se aventava na época e a que interesses, ou interesses de quem, atendia.

A COPPE após mais de 40 anos de história é inegavelmente um dos mais destacados centro de pesquisas tecnológicos do país. Hoje abriga em seus quadros aproximadamente 300 professores, todos doutores em regime de dedicação exclusiva, mais 170 técnicos de nível superior e um corpo discente de 3.000 alunos de mestrado e doutorado. A produção científica da COPPE alcançou em 2002 quase 1400 artigos em congressos e revistas nacionais e internacionais, 477 teses de mestrado e doutorado defendidas, além da formação de 230 profissionais em seus vários cursos de especialização lato-sensu.

⁵ Luiz Pinguelli ROSA, “A crise de energia: uma refutação empírica do modelo econômico neoliberal”, p. 107. In: Carlos LESSA (Org.) O Brasil à luz do Apagão.

⁶ Luiz Pinguelli ROSA, A política nuclear e o caminho das armas atômicas, pp. 33-42.

⁷ Luiz Pinguelli ROSA, “A crise de energia...”, op. cit., p. 109.

Com uma estrutura voltada para a gestão de estudos e projetos tecnológicos ela surge com o desígnio de fundar um caminho exclusivo de intercâmbio com o setor produtivo público e privado. Com essa finalidade, em 1970 criou-se a Fundação COPPETEC ("Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos") COPPETEC, por meio da qual já foram realizados, em mais de trinta anos, em torno de 6500 projetos, entre grandes e pequenos, entre cursos e P&D, com empresas estatais e privadas, com órgãos de governo federais, estaduais e municipais e com entidades não-governamentais nacionais e estrangeiras.

O primeiro cliente com a qual a COPPETEC assinou contrato em 1970 foi FURNAS Centrais Elétricas, visando a realização de estudos na área de recursos hídricos e de barragens. Como já foi aventado também, um cliente parceiro da COPPE merece relevo particular, a Petrobrás. A estatal do petróleo brasileira assinou contrato com a COPPETEC em 1975. Ultrapassados mais de 25 anos de intercâmbio sistemático, a COPPE já executou para a Petrobrás mais de 1000 contratos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Os aspectos ligados ao meio ambiente ocupam neste momento posição de realce nos projetos de desenvolvimento científico e tecnológico conjuntos. Encontra-se ainda, entre as parcerias importantes onde a COPPE atua, o desenvolvimento dos sistemas de monitoração e controle das Usinas de Angra I e II, hoje administradas pela ELETRONUCLEAR.

O intuito deste trabalho é justamente o de colocarmos em questão um estudo que busque resgatar a história das relações entre um dos mais importantes centros tecnológicos do país – a COPPE – e suas relações com o regime militar implantado em 1964. Acreditamos assim estar realizando uma pesquisa histórica que consideramos relevante, já que poucas instituições universitárias atuaram de modo tão ativo, neste sentido, na vida recente brasileira.